

## **AS CONTRADIÇÕES DE UM PROJETO DE CENTRO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**Marcelo Lima, Viviane Zandonade e CAPES (OBEDUC-UFES)**

UFES – IFES

marcelo.lima@ufes.br - viviane.zandonade@ifes.edu.br

---

### **RESUMO**

Esse trabalho analisa as práticas de educação profissional com o fito de elaborar a crítica da oferta privada de qualificação profissional apresentando como contraponto uma experiência inovadora de criação de um centro público ( municipal ) de formação, denominado Centro de Referência do Trabalho ( Fábrica do Trabalho). Dialogando com os dados INEP-2000 apresentados por Oliveira (2001), DIEESE (2011) e com formulações do campo Trabalho e Educação acerca do papel do Estado e das centrais sindicais neste campo, acusamos o processo de privatização e de mercantilização que permeiam na atualidade esta modalidade de ensino. Metodologicamente, por meio de análise documental de relatórios de gestão municipal e do projeto político pedagógico de implantação de um centro público de formação, indicamos elementos de avaliação e de crítica às políticas de qualificação do PLANFOR, do PNQ e do PRONATEC. Nesse sentido, apontamos a proposta pedagógica da “Fábrica do Trabalho”, como uma alternativa pública não mercantil de qualificação social e profissional que tem como objetivo a inclusão social pelo trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercantilização, PNQ, PLANFOR, PRONATEC, Centro Público.

## **AS CONTRADIÇÕES DE UM PROJETO DE CENTRO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

### **1. A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE: O MOVIMENTO DA TEORIA NA PRÁTICA.**

Como sabemos, a partir de Marx (1989), há uma busca incessante do capital em produzir cada vez mais com menor tempo e menor custo. Historicamente, depois de tentar ampliar a jornada de trabalho (com aumento da mais-valia absoluta), o capital optou pela redução dos tempos de produção via inovação organizacional e tecnológica (com aumento da mais-valia relativa). Tal movimento, superadas as estratégias tayloristas, resultou numa relativa maior presença do trabalho complexo que é mais caro. Como sabemos, a complexificação do trabalho pode gerar diminuição do tempo socialmente necessário para a produção, mas também implica o aumento do tempo socialmente necessário para a formação profissional, que altera o custo da força de trabalho, mas também o custo de sua reprodução. Ou seja, em determinados contextos, reduz-se o tempo da produção aumentando o tempo da formação e seu custo, portanto. Essa questão pode ser superada de duas formas: a) a socialização dos custos de reprodução da força de trabalho via educação profissional pública; e b) superoferta de formação dos contingentes de trabalhadores situados no trabalho complexo, barateando o seu custo. Tal contexto, só se mantém com mão de obra crescente e exige progressiva ampliação do Estado, expansão dos impostos e redução dos espaços de mercantilização dos serviços públicos de educação.

Assim, numa situação de crise do capital, uma série de medidas vai surgir na direção de reduzir os custos da produção (impostos, salários, insumos, etc) e criar novos mercados cujos resultados, sobretudo nos países periféricos, dentre outros, será o esvaziamento da ação do poder público e a criação do mercado educativo.

Para Frigotto (1995), é nessa direção que a concepção neoliberal tentará subordinar o sistema educacional aos interesses imediatos do capital com o fito de implantar um modelo de regulação social que no final das contas resulta na diminuição de intervenção do Estado nas áreas sociais.

De acordo com Oliveira (2001), sob a influência das agências multilaterais, no campo educacional torna-se necessário instituir mecanismos voltados diretamente à diminuição da publicização do espaço público, abrindo para um conjunto maior de instituições privadas e filantrópicas, a possibilidade de disputar o fundo público. Medidas que representam a diminuição do controle do Estado sobre a educação e, conseqüentemente, a privatização do sistema educacional.

Nesse sentido, instaurando uma nova estratégia de reprodução da força de trabalho que fosse ao mesmo tempo de baixo custo e legitimasse os altos índices de desemprego nos anos 1990, o Ministério do Trabalho e emprego iniciou, no ano de 1995, o Plano Nacional de

Educação Profissional (PLANFOR) foi instituído para não só garantir maior democratização de acesso aos cursos, mas para contribuir “para o desenvolvimento sustentando, não só numa perspectiva de qualidade dos serviços, mas também em eficiência. Em outras palavras, devem responder ao que é demandado pelo setor produtivo.” (OLIVEIRA, 2001, p. 7)

Nesse contexto, com o discurso de que a rede de ensino técnico profissionalizante no Brasil seria incapaz de atender os requisitos impostos pelo mundo do trabalho, o MTE, colocou-se como articulador de uma nova rede de instituições públicas e privadas capaz de flexibilizar-se e garantir um novo modelo de formação centrado no mercado e capazes de garantir o acesso ao emprego (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Oliveira (2001), em termos de número de instituições, o primeiro censo da educação profissional do INEP, feito com base em dados de 1999, cerca de 2000 instituições ofertavam qualificação profissional (antes denominado de nível básico) sendo a iniciativa privada detentora de mais de 1500 unidades, sendo privadas, portanto, aproximadamente 76%. Em termos de número de cursos<sup>1</sup> de qualificação, existiam em 1999, 27 555 cursos em funcionamento, mas 24 189 eram privados, sendo, portanto, 88% de oferta não pública. Do ponto de vista da matrícula, na modalidade de qualificação profissional (agora denominado de FIC), do pouco mais de dois milhões de matriculados, 1,7 milhões pertencem ao setor privado (OLIVEIRA, 2001). Segundo o DIEESE (2011), esse quadro modificou pouco, pois em 2007 apenas 17,4% da distribuição das pessoas frequentaram cursos de qualificação profissional em instituição de ensino público (DIEESE, 2011).

Manfredi e Bastos (1997), afirmam que as práticas de formação profissional instituídas no Brasil não constituem uma exclusividade do Estado e do setor patronal, na experiência do sistema S, fazendo parte da história dos trabalhadores e suas organizações. Para estas autoras, as Centrais Sindicais, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e FS (Força Sindical), sobretudo, com base em suas experiências de formação profissional defendiam nos anos 1990, por meio de negociações coletivas e de sua participação nos fóruns institucionais de formulação e gestão das políticas públicas, a criação de centros públicos de educação profissional para o que convergiram vários membros do GT Trabalho e Educação da ANPED.

A inserção da luta sindical neste campo apesar de bastante destacada em Souza; Santana e Deluiz (1999) e por Bárbara *et. al.*(2004), foi bastante criticado por Souza (2002) e Tumolo (2002), sendo este tema abandonado como objeto de pesquisa nos anos seguintes dos anos 2000. Mas com o advento do primeiro governo Lula iniciou-se uma nova política que se propunha alternativa ao PLANFOR do governo FHC que tomava como referência as experiências das centrais sindicais, sobretudo a partir dos trabalhos de Lima (2004 e 2007) e Lima e Lopes (2005).

---

<sup>1</sup> Em termos de distribuição setorial, dos quase 30 mil cursos, cerca de 10 mil eram voltados para a formação na indústria e pouco menos de 15 mil profissionalizavam no setor de serviços.

A oferta pública de educação profissional perdeu o sentido da criação de centros públicos de qualificação profissional e passou a tomar forma neste governo por meio das políticas do PNQ (Plano Nacional de Qualificação) e mesmo mais recente do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) com o sentido de subsidiar a oferta do sistema “S” permanecendo refém de uma política de bitributação sem criar espaços plenamente públicos especificamente voltados para a qualificação profissional.

Além disso, os PNQ's não viabilizaram a constituições de estruturas formativas autônomas dos governos municipais e ou estaduais, transformando-os em repassadores de recursos próprios e do governo federal para entidades não públicas em sua maioria, pelo menos é que demonstra a figura 01 que descreve a evolução do nº de educandos inscritos nos cursos dos PNQ's de 2003 a 2010 tendo em vista a instituição executora da ação de qualificação profissional.

<b>Evolução do número de educandos inscritos nos cursos do PNQ, por tipo de instituição executora Brasil 2003-2010 (em nºs absolutos)</b>								
<b>Instituição executora</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Associação comunitária/religiosa/grupos de afinidade	6.913	12.490	4.463	14.052	7.928	6.437	3.126	7.359
Associação de produtores/cooperativa	1.600	3.939	2.421	2.882	3.741	4.243	1.568	4.436
Empresariais	6.569	10.236	6.345	5.467	2.518	3.618	5.645	3.666
Empresas públicas/outras órgãos da administração pública de ensino, pesquisa, extensão ou qualificação social e profissional	-	-	-	-	151	241	49	159
Escolas técnicas públicas	2.460	4.119	4.084	4.120	1.756	1.197	414	7.163
Fundações/institutos/escolas/outras entidades especializadas na qualificação social e profissional	5.285	7.099	14.444	15.779	6.611	9.283	9.204	25.356
ONGs	14.270	29.379	21.695	34.744	18.776	26.173	37.041	64.166
Outras	8.554	6.544	12.598	20.259	11.781	10.940	29.054	38.824
Sistema “S”	20.319	44.029	47.584	39.016	29.238	28.898	17.576	20.841
Sindicais	14.478	19.103	12.074	15.605	6.964	7.796	5.636	8.069
Universidades/institutos/faculdades/fundações/ensino superior	7.828	8.088	10.960	5.963	3.658	3.278	5.761	1.676
<b>TOTAL</b>	<b>88.276</b>	<b>145.026</b>	<b>136.668</b>	<b>157.887</b>	<b>93.122</b>	<b>102.104</b>	<b>115.074</b>	<b>181.715</b>

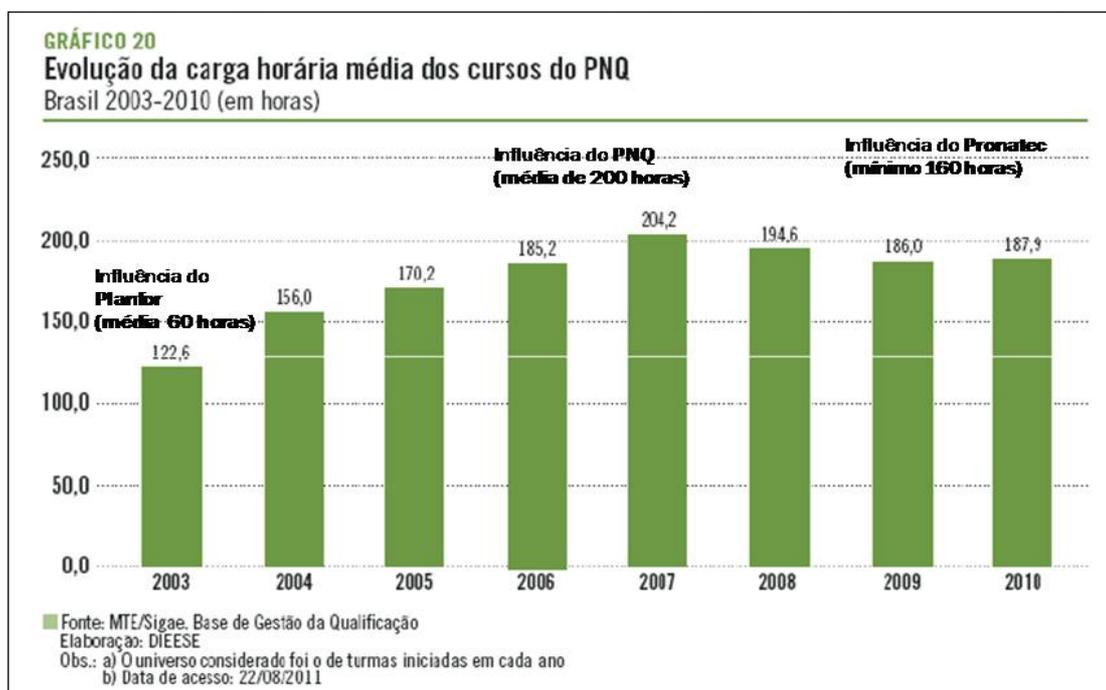
Fonte: MTE/Sigae. Base de Gestão da Qualificação. Elaboração: DIEESE  
Obs.: a) O universo considerado foi o de turmas iniciadas em cada ano; b) Data de acesso: 22/08/2011

**Figura 01: Evolução do número de educandos inscritos nos cursos do PNQ, por tipo de instituição executora.**

Fonte: DIEESE, 2011

Como podemos perceber na figura 01, de acordo com o DIEESE (2011), as denominadas: a) empresas públicas e outros órgãos da administração pública de ensino, pesquisa, extensão ou qualificação social; b) escolas técnicas públicas e c) Universidades/institutos/faculdades/ fundações/ensino superior, de um total de 88 276 educandos, em 2003, e 181 715, em 2010, efetivaram para programas financiados pelos PNQ's em conjunto, 10468 inscrições de educandos, em 2003 e 8998 alunos, em 2010. Em contra partida, instituições como: d) ONG's; e) sistema “S”; f) entidades empresariais e g) outras entidades não públicas, inscreveram nestes mesmos tipos de cursos 49 712 educandos, em 2003, e 108 737, em 2010.

Como podemos observar na figura 02, do ponto de vista dos tempos formativos, os planos de qualificação (PLANFOR, PNQ e PRONATEC) do Estado brasileiro vêm mantendo em níveis cada vez menores as cargas horárias, fragmentando ainda mais a formação dos educandos.



**Figura 02: Evolução da carga horária média dos cursos do PNQ**

Fonte: DIEESE, 2011

Desse modo, apesar de exercer importante papel na retenção da redução da duração média dos cursos em relação PLANFOR ( que segundo Lima , 2004, era em média de 60hs), as edições dos PNQ's alteraram os tempos dos cursos, que se vêm novamente reduzidos pelo PRONATEC.

Desse modo, analisamos a proposta pedagógica da “Fábrica do Trabalho”, como uma alternativa pública não mercantil de qualificação social e profissional que tem como objetivo a inclusão social pelo trabalho.

## 2. ALTERNATIVA PÚBLICA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A partir do primeiro governo Lula com os PNQ's, houve um processo de municipalização das políticas públicas de Trabalho e Renda que passaram a vincular as estruturas dos SINE's às cidades, para fins de operação dos recursos para: o programa seguro desemprego, ações de microcrédito, economia solidária, intermediação de mão de obra e qualificação profissional.

Nesse contexto, o município de Vitória no Espírito Santo institui em 2006, o projeto do Centro de Referência do Trabalho, a “Fábrica do Trabalho”<sup>2</sup> a ser executado por uma secretaria denominada SETGER (Secretaria de Trabalho e Geração de Renda), que se estruturou em “seis vertentes de Políticas Públicas de Inclusão Social: a) inclusão digital; b) acesso ao microcrédito; c) economia solidária; d) encaminhamento ao mercado de trabalho; e) orientação ao micro empreendedor e f) qualificação profissional”(LIMA; ZANDONADE, 2012, p.13).

De acordo com a documentação disponibilizada durante a pesquisa junto a SETGER, a qualificação social e profissional oferecida pela prefeitura até o ano de 2005 foi estruturada e realizada por meio da Secretaria de Ação Social – SEMAS/SubGER (Subsecretaria de Incentivo ao Trabalho e Geração de Renda), sendo oferecidos cursos para viabilizar o Programa Vitória da Qualificação – PVQ.

Influenciado pelo PLANFOR, suas atividades formativas baseavam-se na contratação de entidades (às vezes incluindo o sistema “S”) para oferta de cursos de curta duração (entre 08 e 100 horas em média). Com a criação da SETGER, a qualificação passou a ser desenvolvida por meio de convênios com instituições executoras. Entretanto, “os resultados dessas ações ainda carecem de maior efetividade, pois permanecem elevados os índices de desemprego e de violência”. (PMV-SETGER, 2011).

De acordo com os documentos, acredita-se que para atuar de modo mais eficaz na realidade social e ainda promover o desenvolvimento da cidade e do Estado, “é preciso dar maior amplitude às ações de inclusão social pelo trabalho. Mas não basta aumentar esse atendimento, é preciso criar uma estrutura capaz de concentrar todas essas atividades garantindo-lhes continuidade, intensidade e sinergia” (PMV-SETGER, 2006).

Nesse período, com a nova política iniciada pela resolução nº 333 do MTE que implantou o PNQ e a política de arcos ocupacionais, os cursos conveniados passaram a ter seus currículos incrementados e sua duração ampliada (média 200hs), sendo inseridos conteúdos de cidadania, português e matemática, a fim de aumentar o nível de conhecimento dos alunos sobre as ocupações.

A opção por realizar a formação profissional na forma de Arcos Ocupacionais, constituiu uma mudança inovadora das ações de qualificação que permite aos alunos a apropriação de saberes de um conjunto de ocupações inter-relacionadas, que podem ampliar a formação e aumentar as chances de inserção no mundo de trabalho, ligado a uma determinada família ocupacional.

Entretanto, apesar do avanço pedagógico dos arcos ocupacionais, em relação a qualificação de modo mais geral, as avaliações das políticas de trabalho, reiteram que um dos

---

<sup>2</sup> O termo Fábrica está relacionado ao espaço físico que era de uma tradicional fábrica de juta que funcionou até os anos 1970 do qual preservou-se a fachada e a cobertura da área de eventos. Já o termo “Fábrica do Trabalho”, tem a ver com o sentido ontológico do Trabalho para o qual o homem se “fabrica” e se constrói pelo Trabalho.

grandes problemas das políticas de emprego, além do objetivo de acomodação das relações antagônicas entre capital e trabalho apontadas por Souza (2002) e Tumolo (2002), é a falta de articulação das políticas ativas (intermediação de mão de obra - IMO e qualificação social e profissional - QSP) e passivas (seguro desemprego - SD) e do não atendimento seqüenciado / simultâneos aos beneficiários que faz com que os públicos de cada ação não convirjam, o que reduz a efetividade social dessas políticas (Ver também Marinho et. al. 2010).

Segundo Lima e Zandonade (2012), reconhecendo as problemáticas apontadas e a relevância e a centralidade das questões que envolvem a violência urbana e exclusão social e com a transferência das ações de políticas de trabalho do Estado do Espírito Santo para os municípios, e entendendo a questão ideológica apontada pelas centrais sindicais e pelo compromisso ético-político de construção de centros públicos de formação profissional dos anos 1990, com base numa avaliação político-pedagógica e por demanda da sociedade local, a prefeitura de Vitória elaborou o projeto do Centro de Referência do Trabalho.

Tal projeto vai muito além da elaboração de formas mais sofisticadas de transferência de recursos preconizado pelos PNQ's do ministério do trabalho (MTE) que por meio dos chamados planos territoriais de qualificação (PlanTeQs) ou mesmo no programa nacional de inclusão dos jovens (Projovem), vem transformando o poder local em meros repassadores de recursos para estrutura privada.

A Justificativa para a elaboração desse centro de formação se dá pelo fato de que falta ao município autonomia na realização dos cursos e um espaço adequado para atendimento do cidadão em relação às outras políticas. De acordo com os documentos encontrados, muitas são as dificuldades das quais podemos citar principalmente: a) a burocracia relacionada à contratação da entidade executora que em função do longo tempo de tramitação do processo de assinatura do convênio interfere negativamente nas negociações entre a prefeitura e entidades, e b) espaço físico e infra-estrutura formativos improvisados e insuficientes. Mesmo no caso do sistema "S", a oferta dos cursos não se dava nos centros de formação do Senai ou Senac local, ficando a cargo da prefeitura alugar espaços a serem adaptados para esse fim.

Para os gestores da SETGER, os principais problemas que envolvem a oferta dos cursos de qualificação vão além do funcionamento dos cursos e estão implicados na sua institucionalidade que compromete não só o seu funcionamento como também sua efetividade social, tais como a transferência de recursos, a relação custo-benefício e os modelos dos cursos contratados.

No que diz respeito ao repasse do fundo público para essas instituições, vale dizer que algumas executoras (sistema "S") dos cursos de qualificação, já são mantidas por imposto. Portanto, financiá-las desse modo, tributa duplamente a sociedade. Além disso, a compra de cursos não se reverte em ampliação da infra-estrutura formativa, beneficiando apenas no curto prazo os educandos (PMV-SETGER, 2011).

Os modelos pedagógicos praticados nos cursos quando não estruturados de acordo com o que é solicitado pela SETGER, em arcos ocupacionais com 200 horas em média, ficam submetidos à escolha das instituições que tendem a fracionar a duração das formações circunscrevendo-as aos modelos de subocupações taylorizadas referenciadas ao código brasileiro de ocupações.

As consequências mais óbvias desses problemas são a baixa carga horária, número elevado de matrículas, fragmentação formativa e, sobretudo, a desarticulação com a elevação de escolaridade, sendo os conteúdos ministrados com pouca capacidade de inserção ocupacional aos egressos, servindo mais a sustentabilidade das instituições de formação profissional do que à redução da exclusão social (PMV-SETGER, 2011).

O projeto Centro de Referência do Trabalho, em fase de conclusão, vem propor uma melhoria nesse atendimento e possibilita maior autonomia sobre o processo político pedagógico dos cursos de qualificação profissional com o repasse de verba direta. Para tanto, foi concebido um projeto político pedagógico para atender as demandas da população local.

O objetivo central desse projeto é o de “propiciar formas democráticas de acesso a bens culturais e competências tecnológicas que possam gerar mobilidade e inclusão social por meio de uma nova inserção na vida social e no Trabalho” (LIMA; ZANDONADE, 2012, p.14). Bem como:

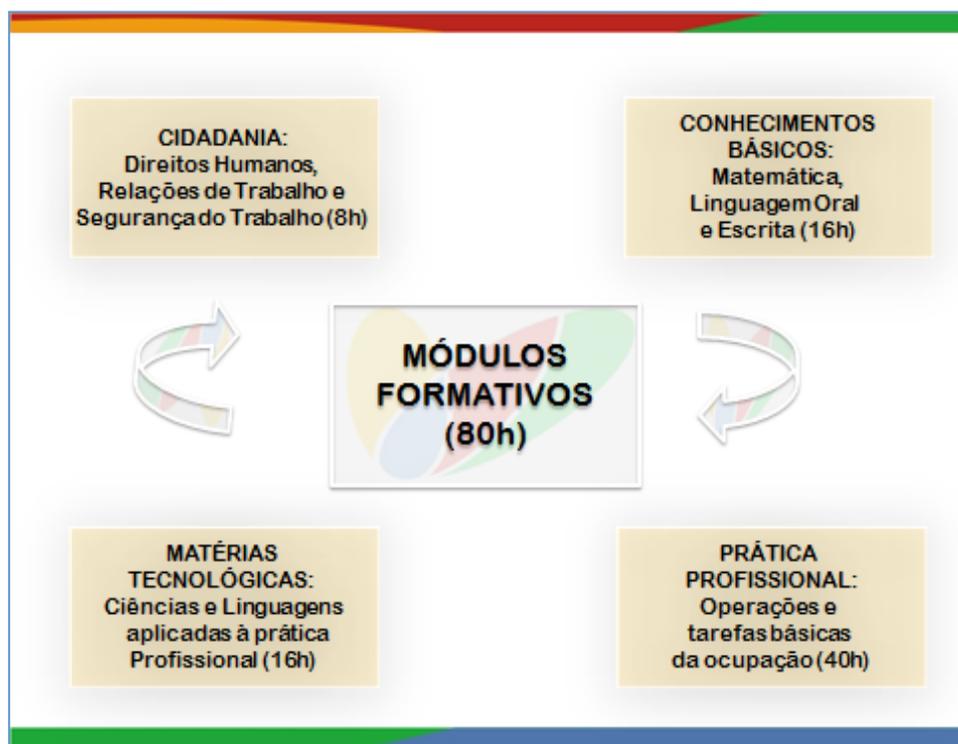
- 1- Estruturar políticas permanentes de formação humana; 2- Superar estratégias transitórias e de curto prazo de qualificação; 3- Desmercantilizar a oferta de profissionalização; 4- Publicizar a oferta de formação profissional; 5- Integrar as ações de formação Profissional; 6- Aumentar o tempo médio da duração dos cursos de qualificação; 7- Garantir a gratuidade e efetividade social da profissionalização; e 8- Reconhecer o saber-fazer dos trabalhadores (LIMA e ZANDONADE, 2012, p. 14).

Ao contrário dos grandes problemas que envolvem as políticas públicas de trabalho que indicam as avaliações externas, o projeto aponta para integração das ações: seguro desemprego (SD), intermediação de mão de obra (IMO), qualificação social e profissional (QSP), microcrédito (MC) e economia solidária (ES), pois possibilita que os demandantes possam dispor no mesmo espaço físico de estrutura de escolarização e qualificação além de toda estrutura hoje existente nos SINE's.

Nesse sentido, o projeto político pedagógico traz uma concepção pedagógica muito próxima ao modelo dos arcos ocupacionais previsto nos PNQ's, entretanto, com carga horária ainda maior e com pré-requisitos de 5º ano e 9º ano, conforme figura 03:

### **Modelo Pedagógico**





**Figura 04: Módulo Formativo**

Fonte: Lima e Zandonade, 2012

Percebe-se que o modelo pedagógico propõe uma formação nas áreas de cidadania, direitos humanos, relações de trabalho, dentre outros. Além dessa carga horária de 320 horas, a proposta é trabalhar, também, concomitantemente, a elevação da escolaridade em parceria com a EJA, municipal e estadual.

Nesse modelo, cada arco ocupacional irá contemplar ocupações correlatas. Veja exemplo da figura 05:

**Arco Ocupacional 2: Artes em Metais**



O curso na área de artes em metais pretende contemplar um conteúdo formativo que articule, em 04 meses, atividades ligadas à solda, usinagem, ajustagem e produção de peças de máquinas.

**Ocupações/níveis do arco Artes em Metais**

NÍVEL I	NÍVEL II
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajustador mecânico;</li> <li>- Soldador elétrico;</li> <li>- Soldador de oxiacetilena;</li> <li>- Serralheiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajustador mecânico;</li> <li>- Torneiro mecânico;</li> <li>- Ourives;</li> <li>- Mecânico reparador de veículos.</li> </ul>

**Figura 05: Exemplo da composição do Arco Ocupacional Artes em Metais**

Fonte: Lima e Zandonade, 2012

Do ponto de vista da estrutura física, o projeto pretende abrigar: 1) escola de qualificação; 2) agência municipal do trabalho (antigo SINE); 3) agência de acesso ao crédito; 4) centro de apoio ao micro e pequeno empreendedor; 5) centro público metropolitano de economia solidária; 6) observatório do trabalho; 7) estrutura administrativa da SETGER; 8) centro vocacional tecnológico em TV digital; 9) palco de arena circense; 10) área coberta multiuso para realização de eventos como exposições e feiras; 11) estacionamento próprio; e 12) escola de governo (LIMA e ZANDONADE, 2012).

Para tanto o projeto arquitetônico é composto por 31 espaços de formação constituídos por 12 salas de aula, uma sala de metrologia e 18 oficinas/laboratórios, além dos espaços destinados para as outras políticas de intermediação de mão-de-obra, econômica solidária, acesso ao crédito, inclusão digital e apoio ao micro e pequeno empreendedor. A figura 06 apresenta o projeto arquitetônico e uma imagem da atual fase da obra que tem aproximadamente 5.000 m<sup>2</sup> de área construída.



**Figura 06: Imagem 1: Projeto Arquitetônico - Imagem 2: estágio da Obra em 12 de 2012**

Fonte: Lima e Zandonade 2012; arquivo documental da SETGER, 2012

Apesar de ser um projeto arrojado que enfrenta uma série de questões não superadas pelas políticas de qualificação, a obra se arrastou por vários anos causando inúmeros desgastes políticos.

O então prefeito de Vitória explica por que a obra não foi concluída:

[...] tivemos que reduzir o ritmo das obras por conta da crise financeira mundial. Depois houve a necessidade de mais tempo devido a imprevistos surgidos na fundação da obra [...] atrasos devido a greve dos trabalhadores da construção civil. Obstáculos superados, o Centro de Referência está próximo de ser entregue e abrigará inúmeros serviços relacionados à política de trabalho e renda, facilitando e garantindo o acesso rápido, a orientações, capacitação, documentação e inserção produtiva. [...] fica a certeza da correta decisão administrativa, da aplicação adequada dos recursos. Vitória terá muito a comemorar com o pleno funcionamento da

“Fábrica do Trabalho”. Um espaço de todos e para todos (PREFEITO, Jornal A GAZETA, Caderno Opinião, 2012).

Entretanto, o projeto não tomou corpo e não entrou em operação, de acordo com as entrevistas realizadas com os responsáveis, não só pelos motivos alegados pelo prefeito, mas também por uma série de disputas internas e externas que ocorreram desde a desapropriação da antiga fábrica de juta até a preparação da licitação dos equipamentos para os laboratórios.

Vale lembrar que a finalização da obra, não encerra o assunto, seria preciso ainda listar e especificar cada equipamento, cada ferramenta, cada material de consumo de cada curso para licitar, comprar, distribuir e instalar nas oficinas, nas salas de aula e nos laboratórios. Bem como, definir a gestão do espaço e a forma de contratação dos instrutores.

Com as eleições em 2012, houve uma ruptura com o projeto pondo em risco a possibilidade de implantação do centro público de formação profissional em nível municipal, demarcando assim, algumas das contradições e dos recuos na implantação de uma política que quantitativa e qualitativamente rivalizam com oferta privada e com o sistema “S”. Até o presente momento, a prefeitura busca instituição para gerir o espaço alegando que não há profissional capacitado no âmbito da gestão municipal.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na fase atual de crise do capital, percebe-se um movimento da realidade em direção à mercantilização da educação, em geral, e da educação profissional, em particular. Neste momento histórico, os interesses imediatos do capital objetivam implantar um novo modelo de regulação social que no final de tudo resulta na pulverizar a intervenção do Estado nas áreas sociais. Processo, esse que diminui a publicização do espaço público e cria um mercado para instituições privadas que predam o fundo público desvirtuando, reduzindo ou limitando a criação espaços públicos de formação.

O projeto pedagógico da “Fábrica do Trabalho” bem como sua materialização com construção quase finalizada se opõe a esta tendência e aponta para a superação de problemas da oferta de qualificação profissional como: a baixa carga horária dos cursos; o número elevado de matrículas; a fragmentação formativa; a desarticulação dos cursos com a elevação de escolaridade e a baixa efetividade social, dentre outros. Tal formulação não soluciona os problemas de base da educação profissional num sistema capitalista de produção, entretanto, se constitui num esforço republicano de publicização da oferta de qualificação profissional com controle pedagógico do poder local, além de permitir ao cidadão um acesso crítico e consciente ao mundo do trabalho. Esse centro público de formação profissional, em fase adiantada de construção ( 90% da obra de mais de 5 000 metros quadrados de área e já tendo sido gasto mais de 20 milhões de reais) e com sua formulação pedagógica publicada,

no entanto, se vê ameaçada pela mesma lógica mercantil e disputa políticas que presidem as políticas de qualificação no Brasil.

Por um lado, a “Fábrica do Trabalho, é objeto de uma crítica predatória de várias instituições, sobretudo do sistema “S”, que sem perceber a enorme contribuição para a formação humana que está colocada com a implantação desse projeto, enxergam nele apenas uma ameaça ao seu mercado cativo de vendas de cursos para a população e para o fundo público

Também não se pode esquecer que várias instituições rivalizavam com esse projeto. Inicialmente foi o antigo CEFET que advogava a transferência do espaço para o governo federal, posteriormente, inúmeras entidades agraciadas com repasses de recursos do erário público municipal criticam o modelo pedagógico dos arcos ocupacionais, dentre elas o Senai e o Senac.

Por outro lado, as disputas políticas internas não contribuíram em nada para a evolução do CRT. À medida que o projeto foi ganhando visibilidade na PMV, muitos eram os postulantes a secretário que se interessava em ser o gerente da fábrica. Esse jogo, além de atrapalhar o ritmo de elaboração do projeto, travou o início da licitação da obra e fez a secretaria trocar 04 titulares da pasta de 2006 a 2010. Lideranças ligadas ao partido dos trabalhadores e ao partido socialista brasileiro que ficaram toda a gestão disputando um projeto que não se concluiu.

No final das contas, a concepção empresarial de formação profissional que visa uma formação imediatista e refém do mercado combinada com mediocridade política vigente que se alicerça no personalismo e no marketing eleitoral, num momento de perda de hegemonia do governo do qual emergiu este projeto, colocam em xeque a possibilidade de construção de um centro público de educação profissional e reversão em nível local das políticas mercantis e fragmentadoras de qualificação.

#### 4. Referências

1. BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Plano Nacional de Educação Profissional: reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil**. Brasília: FAT, 1998.
2. DIEESE, **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, 2010/2011**:
3. DIEESE. **Mercado de trabalho/ Qualificação social e Profissional**. 3 ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011.
4. FONSECA, J. C. - publicado 30/10 10:40 - << Plano Nacional de Qualificação dos Trabalhadores, PlanTecs, PlanSeqs IN: <http://www.telebrasil.org.br/impressao/artigos.asp?m=672> >> Acesso em 07/12/2011.
5. FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional In: GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 77-108.
6. LIMA, A. A. B. **Avanços conceituais, institucionais e metodológicos nas políticas de qualificação** IN: TAVARES, E. A.; MONTEIRO, R.; RAMOS, S.R. Tendências do mundo do trabalho na grande Vitória, Vitória: PMV-CDV, 2007.
7. \_\_\_\_\_. Plano nacional de qualificação (P.N.Q.): **novos horizontes para a qualificação** IN: MEHEDFF, C. G.; PRONKO, M. (Org.) Diálogo social, humanização e diversidade no mundo do trabalho Brasília: Flacso, 2004.
8. \_\_\_\_\_.; LOPES, F. A.M. **Diálogos sociais: experiências e propostas** Brasília: M.T.E.-SPPE,DEQ, 2005.
9. LIMA, M. e ZANDONADE, V.. **Fábrica do Trabalho: Projeto do Centro de Referência do Trabalho** Vitória: Companhia de Desenvolvimento de Vitória, 2012.
10. LIMA, M.. **Problemas da educação Profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE E DCNEMs**. Trabalho & Educação: UFMG, v. v.21, p. 73-91, 2012.
11. MANFEDI, S. M.; BASTOS, S. **Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros**. Educação e Sociedade vol 18 nº60 Campinas: Dec 1997.
12. MARINHO, D. N. C; WALTER, M. I. M. T. e BALESTRERO, M. V. **Políticas de emprego no Brasil: avaliação externa do programa seguro-desemprego** Brasília: Verbis, 2010.
13. MARX, K. O Capital. 13º edição. Livro primeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
14. OLIVEIRA. R. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira, **Boletim Senac(Volume 27 - Número 1 - Janeiro/Abril 2001)** Disponível em C:\Documents and Settings\UFES\Desktop\Colóquio\Ramon de Oliveira.htm <<acesso em 2/4/2013>>(p01-13).

15. PREFEITO, **De Todos para Todos**. Vitória: A Gazeta, Outubro de 2012.
16. PMV-SETGER, **Relatório Institucional 2005-2010**. Vitória: PMV, 2011.
17. \_\_\_\_\_ [etall] **Plano nacional de qualificação: avaliação externa (2003-2006)** Brasília: a comunicação, 2007.
18. SOUZA, D.B.; SANTANA, M.A.; DELUIZ, N. **Trabalho e Educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil** Rio de Janeiro: Quartet, 1999.
19. SOUZA, J. S. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90** Campinas: Autores Associados, 2002.
20. TUMOLO, P. S. **Da constestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista** Campinas: editora da unicamp, 2002.